



RECONHECIMENTO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

Março/2012

CONCEITOS BÁSICOS

DESASTRE

Resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando **grave perturbação** no funcionamento de uma comunidade ou sociedade, envolvendo **extensivas perdas e danos humanos, sociais, econômicos ou ambientais**, que excede a sua capacidade de lidar com o problema usando recursos próprios;

*EIRD

CONCEITOS BÁSICOS

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA:

Situação anormal, decretada em razão de desastre, que embora não excedendo a capacidade inicial de resposta do município ou do estado atingido, requer auxílio complementar do estado ou da União para as ações de socorro e de recuperação



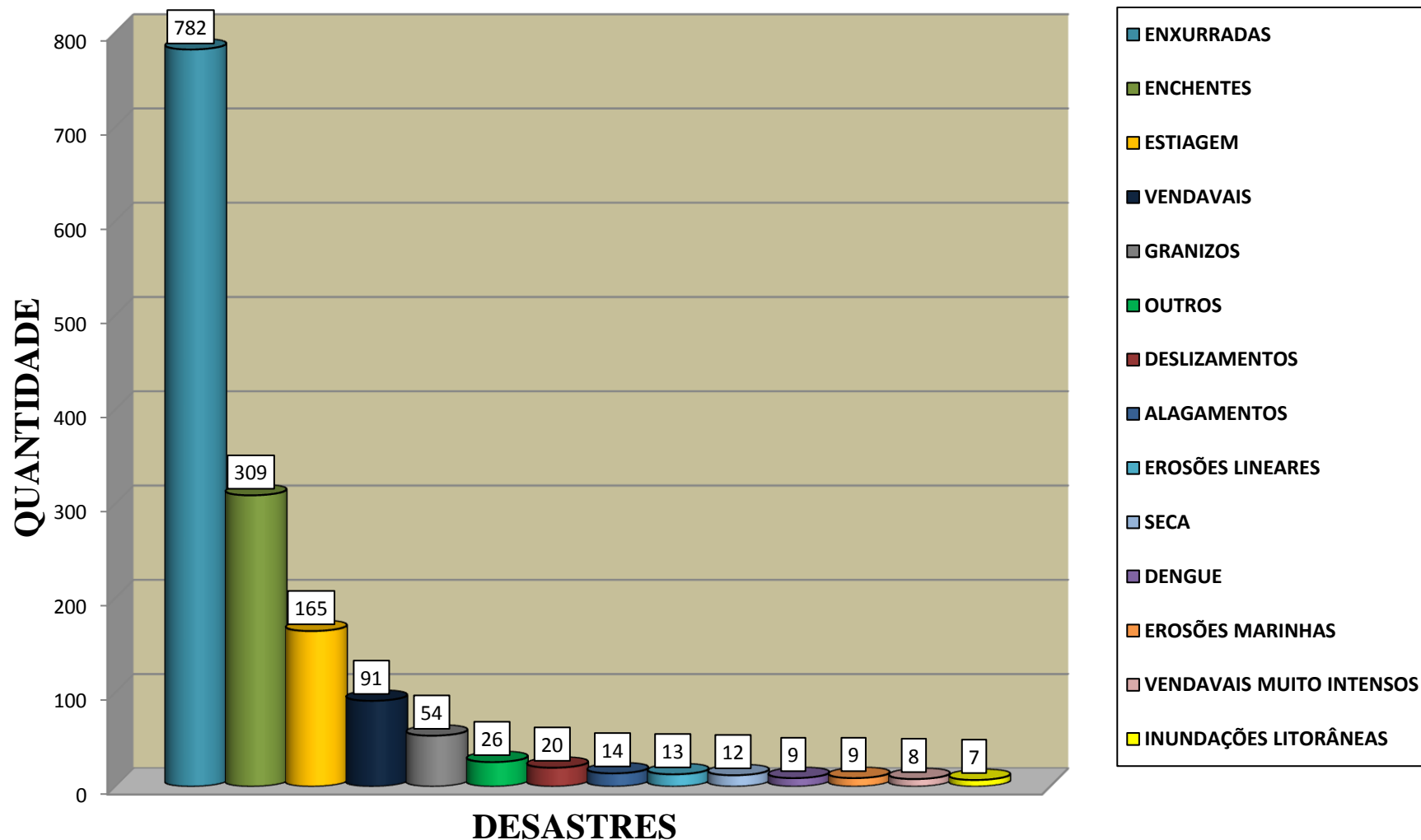
CONCEITOS BÁSICOS

ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA:

Situação anormal, decretada em razão de desastre, que em razão da magnitude dos danos, requer auxílio direto e imediato do estado ou da União para as ações de socorro e de recuperação

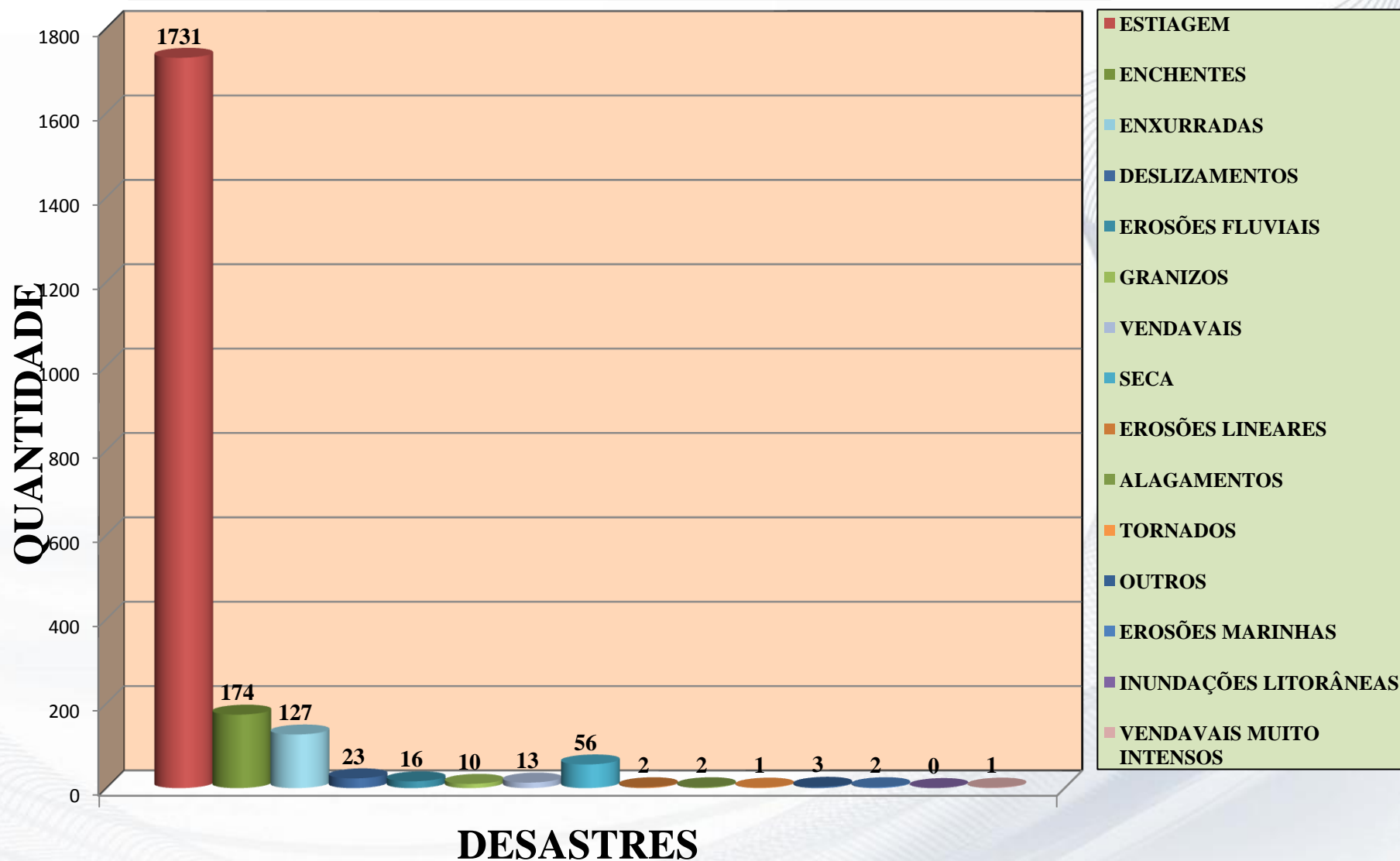


DESASTRES EM 2011 TOTAL: 1.519



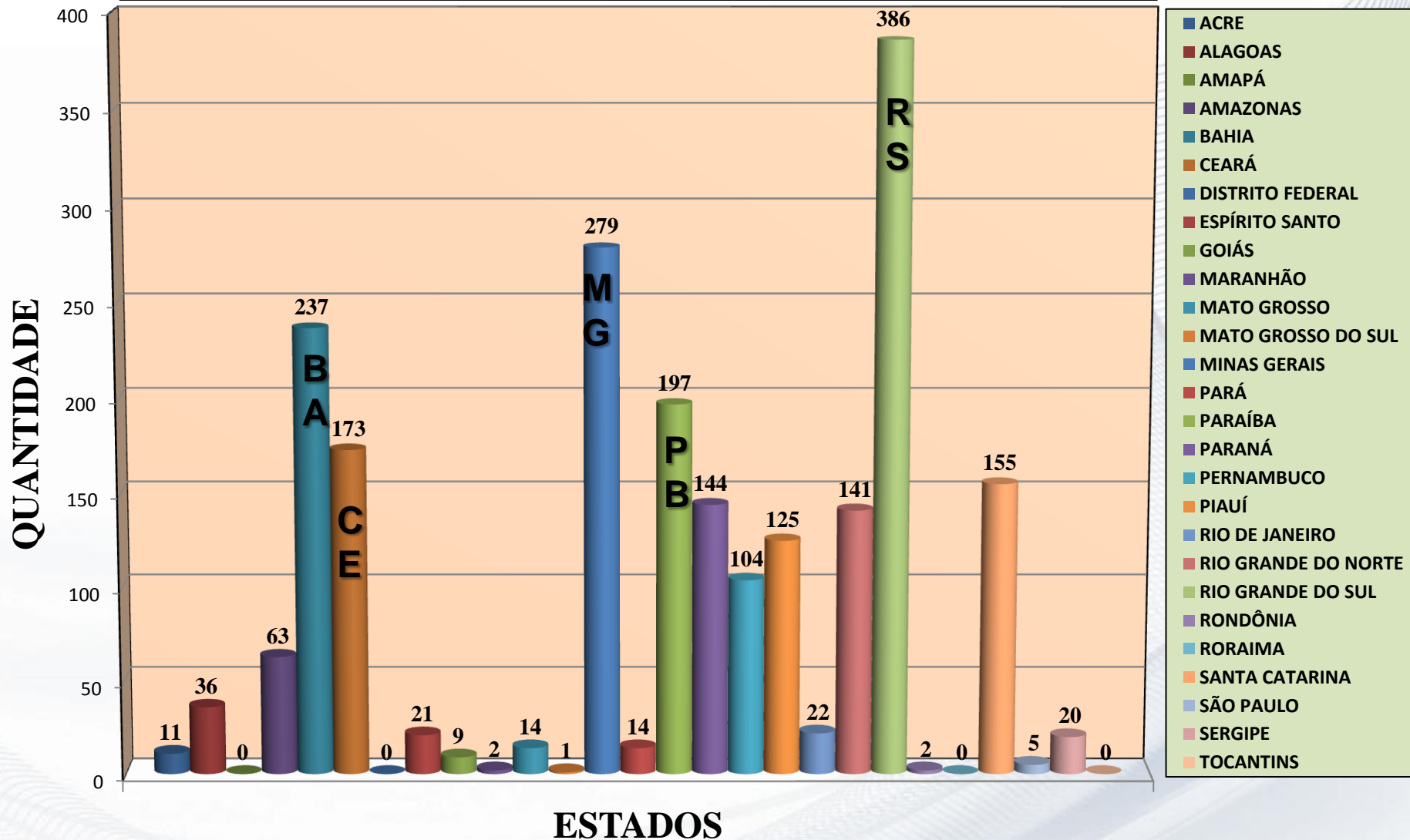
SOLICITAÇÕES DE RECONHECIMENTO POR DESASTRES EM 2012

TOTAL: **2.161**



SOLICITAÇÕES DE RECONHECIMENTO POR ESTADO EM 2012

TOTAL: **2.161**



QUANDO DECRETAR?

Quando caracterizado o desastre, for necessário estabelecer uma situação jurídica especial para respondê-lo.

EFEITOS DA DECRETAÇÃO

Em nível municipal ou estadual, o decreto do chefe do poder executivo local é o instrumento normativo que estabelece a situação jurídica especial em seu território

QUANDO SOLICITAR O RECONHECIMENTO?

- 1. Quando o município necessita auxílio complementar da União para as ações de socorro e de recuperação**
- 2. Quando a legislação exige o reconhecimento federal para a concessão de benefícios às vítimas do desastre**

NECESSITA RECONHECIMENTO	NÃO NECESSITA RECONHECIMENTO
CF art. 62 caput (Medida provisória)	Lei n.º 8.666/93, art. 24, IV (dispensa de licitação)
CF art. 136 caput (estado de defesa)	Decreto-lei nº 3.365/41, art. 5º, c (desapropriação pelo governo estadual ou municipal)
CF art. 148, I (empréstimo compulsório)	
CF art. 167, 3º (abertura de crédito extraordinário)	
Lei 12.608/2012 (SINDEC)	
Decreto-lei nº 3.365/1941, art. 5º, c (desapropriação pelo governo federal)	
Lei n.º 8.666/93, art. 24, IV (dispensa de licitação)	
Decreto n.º 84.685/1980, art. 13 (Imposto sobre Propriedade Rural – ITR) *decretação estadual	
Decreto n.º 7.223/2010, art. 169, 1º (antecipação de benefícios da previdência social)	
Lei n.º 8.036/90, Art 20 Inciso XVI alínea "a" (FGTS) (S.E e E.C.P)	

COMO SOLICITAR O RECONHECIMENTO?

Requerimento do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município afetado à SEDEC/MI no prazo máximo de dez dias da data de ocorrência do desastre.

Documentação para análise e composição do processo de reconhecimento

- Decreto;
- Formulário de informações do desastre;
- Formulário de Notificação Preliminar de Desastre – NOPRED;
- Relatório fotográfico (Fotos legendas e preferencialmente georeferenciadas);

Documentação para análise e composição do processo de reconhecimento

- Declaração de atuação municipal ou estadual;
- Parecer da coordenadoria municipal ou estadual;
- Outras informações que auxiliem no reconhecimento (ex. reportagens, filmagens, etc).

MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS

1. COMPETÊNCIA PARA DECRESTAR

- Desastre restrito apenas à área do DF ou do município, o Governador do Distrito Federal ou o Prefeito Municipal decretará
- Desastre atingiu dois ou mais municípios ao mesmo tempo, o Governador do Estado poderá decretar

MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS

2. CODAR → COBRADE

O COBRADE: Categorias, grupos, subgrupos, tipos e subtipos

- a) Natural**
- b) Tecnológico**

Fonte: Banco Internacional de Dados sobre Desastres (EM-DAT), do Centro para Pesquisa sobre Epidemiologia de Desastres (CRED) da Organização Mundial de Saúde (OMS/ONU)

CATEGORIA	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	COBRADE
1. NATURAL	1. GEOLÓGICO	1. Terremoto	1. Tremor de terra	0	1.1.1.0
			2. Tsunami	0	1.1.2.0
		2. Emissão vulcânica		0	1.2.0.0
		3. Movimento de massa	1. Quedas, Tombamentos e rolamentos	1. Blocos	1.3.1.1
				2. Lascas	1.3.1.2
				3. Matacões	1.3.1.3
				4. Lajes	1.3.1.4
			2. Deslizamentos	1. Deslizamentos de solo e ou rocha	1.3.2.1
		3. Corridas de Massa		1. Solo/Lama	1.3.3.1
				2. Rocha/Detrito	1.3.3.2
				4. Subsídências e colapsos	0
		4. Erosão	1. Erosão Costeira/Marinha	0	1.4.1.0
			2. Erosão de Margem Fluvial	0	1.4.2.0
			3. Erosão Continental	1. Laminar	1.4.3.1
	2. HIDROLÓGICO	1. Inundações		0	1.2.1.0
		2. Enxurradas		0	1.2.2.0
		3. Alagamentos		0	1.2.3.0
		3. Sistemas de Grande Escala/Escala Regional	1. Ciclones	1. Ventos Costeiros (Mobilidade de Dunas)	1.3.1.1
				2. Marés de Tempestade (Ressacas)	1.3.1.2
			2. Frentes Frias/Zonas de Convergência	0	1.3.1.0
		2. Tempestades	1. Tempestade Local/Convectiva	1. Tornados	1.3.2.1
				2. Tempestade de Raios	1.3.2.2
				3. Granizo	1.3.2.3
				4. Chuvas Intensas	1.3.2.4
				5. Vendaval	1.3.2.5
	3. Temperaturas Extremas	1. Onda de Calor		0	1.3.3.0
		2. Onda de Frio	1. Friagem	1.3.3.1	1.3.3.2
			2. Geadas	1.3.3.2	1.4.2.1.0
		1. Seca/ Estiagem	-		1.4.1.2.1
		4. CLIMATOLÓGICO	1. Seca	2. Incêndio Florestal	1. Incêndios em Parques, Áreas de Proteção Ambiental e Áreas de Preservação Permanente Nacionais, Estaduais ou Municipais
					2. Incêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar
					3. Baixa Umidade do Ar
					4. Doenças infecciosas virais
					5. Doenças infecciosas bacterianas
	5. BIOLÓGICO	1. Epidemias	3. Doenças infecciosas parasitárias	0	1.5.1.3.0
			4. Doenças infecciosas fúngicas	0	1.5.1.4.0
			1. Infestações de animais	0	1.5.2.1.0
			2. Infestações de algas	1. Marés vermelhas	1.5.2.2.1
		2. Infestações/Pragas		2. Cianobactérias em reservatórios	1.5.2.2.2
					1.5.2.3.0
			3. Outras Infestações	0	

CATEGORIA	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	COBRADE
2. TECNOLÓGICO	1. Desastres Relacionados a Substâncias radioativas	1. Desastres siderais com riscos radioativos	1. Queda de satélite (radionuclídeos)	0	2.1.1.1.0
		2. Desastres com substâncias e equipamentos radioativos de uso em pesquisas, indústrias e usinas nucleares	1. Fontes radioativas em processos de produção	0	2.1.2.1.0
		3. Desastres relacionados com riscos de intensa poluição ambiental provocada por resíduos radioativos	1. Outras fontes de liberação de radionuclídeos para o meio ambiente	0	2.1.3.1.0
	2. Desastres Relacionados a Produtos Perigosos	1. Desastres em plantas e distritos industriais, parques e armazenamentos com extravasamento de produtos perigosos	1. Liberação de produtos químicos para a atmosfera causada por explosão ou incêndio	0	2.2.1.1.0
		2. Desastres relacionados à contaminação da água	1. Liberação de produtos químicos nos sistemas de água potável	0	2.2.2.1.0
			2. Derramamento de produtos químicos em ambiente lacustre, fluvial e marinho	0	2.2.2.2.0
		3. Desastres Relacionados a Conflitos Bélicos	1. Liberação produtos químicos e contaminação como consequência de ações militares.	0	2.2.3.1.0
		4. Desastres relacionados a transporte de produtos perigosos	1. Transporte rodoviário	0	2.2.4.1.0
			2. Transporte ferroviário	0	2.2.4.2.0
			3. Transporte aéreo	0	2.2.4.3.0
			4. Transporte dutoviário	0	2.2.4.4.0
			5. Transporte marítimo	0	2.2.4.5.0
			6. Transporte aquaviário	0	2.2.4.6.0
	3. Desastres Relacionados a Incêndios Urbanos	1. Incêndios urbanos	1. Incêndios em plantas e distritos industriais, parques e depósitos.	0	2.3.1.1.0
			2. Incêndios em aglomerados residenciais	0	2.3.1.2.0
	4. Desastres relacionados a obras civis	1. Colapso de edificações	0	0	2.4.1.0.0
		2. Rompimento/colapso de barragens	0	0	2.4.2.0.0
	5. Desastres relacionados a transporte de passageiros e cargas não perigosas	1. Transporte rodoviário	0	0	2.5.1.0.0
		2. Transporte ferroviário	0	0	2.5.2.0.0
		3. Transporte aéreo	0	0	2.5.3.0.0
		4. Transporte marítimo	0	0	2.5.4.0.0
		5. Transporte aquaviário	0	0	2.5.5.0.0

COBRADE

CATEGORIA	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	COBRADE
1. NATURAL	1. GEOLÓGICO	1. Terremoto	1. Tremor de terra	0	1.1.1.1.0
			2. Tsunami	0	1.1.1.2.0
		2. Emissão vulcânica	0	0	1.1.2.0.0
		3. Movimento de massa	1. Quedas, Tombamentos e rolamentos	1. Blocos	1.1.3.1.1
				2. Lascas	1.1.3.1.2
				3. Matacões	1.1.3.1.3
				4. Lajes	1.1.3.1.4

MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS

3. AVADAN FIDE

- **Eliminação de campos não utilizados**
- **Maior simplicidade e facilidade no preenchimento.**

MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS

4. Critérios objetivos para decretação Desastres de nível I (SE):

- **Danos humanos**
(1 a 9 mortos ou até 99 afetados)
- **Danos Sociais**
(De 1 a 9 instalações públicas de saúde ou de ensino danificadas ou destruídas)

MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS

- **Prejuízos econômicos públicos;**
(Acima de 2,77% da receita corrente líquida anual do Município, relativos com assistência médica, saúde pública, abastecimento de água potável, etc...)

MUDANÇAS EM CURSO

Desastres de nível II (ECP):

- **Danos humanos**
(10 ou mais mortos ou mais de 100 afetados)
- **Danos Sociais**
(10 ou mais instalações públicas de saúde ou de ensino danificadas ou destruídas)

MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS

- **Prejuízos econômicos públicos;**
(Acima de 8,33% da receita corrente líquida anual do Município, relativos com assistência médica, saúde pública, abastecimento de água potável, etc...)

MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS

5. Critérios objetivos para Reconhecimento

1º. Cumprimento do prazo para envio da documentação

- **Desastres súbitos - dez dias da ocorrência do desastre.**
- **Desastres graduais - dez dias após a data de publicação do respectivo decreto.**
- **Reconhecimento sumário - dez dias após a data de publicação da portaria**

MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS

2º. Documentação completa;

3º. Atendimento dos critérios objetivos para decretação (danos);

4º. Necessidade comprovada de auxílio complementar por parte do Governo Federal;

- Prejuízos econômicos públicos ou privados**

MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS

5. Sistema informatizado de Reconhecimento